

## NAPOLEÃO III

Luís Napoleão não queria nem a guerra nem a revolução. Pretendia levar a cabo uma política externa revolucionária sem atizar o espírito revolucionário e redesenhar o mapa da Europa sem provocar a guerra. Sonhava com a realização de uma grande conferência que reunisse todas as Grandes Potências e decidisse pacificamente todas as questões em aberto. Reunia em si o idealista e o conspirador, e era consistente apenas num ponto: a incapacidade para resistir à tentação de especular. Embarcava na luta política como os capitalistas seus contemporâneos nos negócios de caminhos de ferro. Apesar de odiar a guerra e temer os seus riscos, em última instância decidia sempre pela acção. Nisto supunha interpretar o sentir da França. Dizia a Hubner, o ministro austríaco: «Ha um desejo de expansão em França que deve ser levado em conta». Na realidade, o desejo era seu; e daí todas as contradições da sua política.



A questão italiana obcecava Napoleão desde que se tornara Presidente da República em 1848. Em parte, era uma questão sentimental. A sua carreira, tal como a carreira imperial do seu tio, tinham começado em Itália. Os franceses conheciam a Itália; a Alemanha era-lhes estranha e antipática. A libertação da Itália dizia mais aos franceses do que a reconquista da margem esquerda do Reno. Para Napoleão, tratava-se também de um cálculo. Achava que o seu título não ficaria seguro até que o «Império tenha a sua doença originária, hereditária e predestinada – a reacção contra os tratados de 1815». E acreditava – ou fingia acreditar – que, uma vez destruídos em Itália, os acordos de 1815 se dissolveriam por si próprios, sem provocar a guerra. Esta teoria podia ser considerada plausível, e até razoável, pois fora partilhada por Metternich (que obviamente retirava dela conclusões opostas). A importância da Itália nos equilíbrios europeus era certamente maior antes do poderoso lançamento da indústria alemã em meados do século XIX do que depois. Todavia, a Itália não contava assim tanto, mesmo em 1858; Napoleão punha tanto ênfase na Itália porque, talvez sem se aperceber, recuava perante um teste de força no Reno que já não estava ao alcance dos franceses. A destruição da hegemonia francesa na Europa Central fora talvez a marca mais decisiva do Congresso de Viena; e regressar à Europa Central pela Itália, era, na melhor das hipóteses, entrar pelas traseiras. Entra-se pela porta das traseiras quando não é possível entrar pela porta da frente. Neste sentido, a concentração exclusiva de Napoleão na Itália era reveladora da fraqueza da França. A Itália podia ser decisiva numa luta pela hegemonia no Mediterrâneo. Mas entrar nessa luta representava mais uma confissão de fraqueza na Europa Central, onde estava verdadeiramente em jogo a grandeza da França. Estas causas profundas

da obsessão com a Itália eram constantemente condimentadas por considerações táticas. E, após o Congresso de Paris, havia um argumento tático de peso: a Áustria estava isolada, ao passo que a Prússia não.



Apesar desta vantagem, Napoleão poderia ter-se deixado ir na corrente, contentando-se com vagos planos de reconstrução europeia, se não tivesse sido empurrado para a acção por uma crise económica e por um revolucionário italiano. A crise económica de 1857 - a primeira desde o ano das revoluções ameaçava gravemente a estabilidade do Segundo Império. Napoleão justificara o seu poder arbitrário com o argumento de que, garantindo a ordem social, assegurava a prosperidade. A prosperidade agora desaparecera. Pela primeira vez desde 1851 as classes médias estavam descontentes; no sufrágio de Maio de 1857 cinco opositores declarados do Império haviam sido eleitos, apesar de todas as pressões do regime. Napoleão estava convencido que só não teria de fazer concessões na frente interna se conseguisse um sucesso assinalável de política externa; para prevenir uma revolução em França, teria que lançar a revolução no estrangeiro. Em 1 de Janeiro de 1858 escreveu ao Czar, exprimindo a esperança de que «surja uma grande ocasião em que possamos marchar lado a lado»; era o primeiro aviso da tempestade em Itália. Mesmo assim, Napoleão precisava de receber mais um impulso decisivo do exterior para avançar. Esse impulso foi dado pelo atentado de que foi vítima em 14 de Janeiro de 1858, quando o revolucionário italiano Orsini tentou assassina-lo. O caso Orsini foi o ponto de viragem na história do Segundo Império, tal como a conspiração de Georges Caboudal o fora na carreira de Napoleão I. Os bonapartistas oficiais, a começar pela Imperatriz, só se preocupavam com a segurança do regime; consideravam Orsini um simples criminoso. Napoleão III considerava-o um herói e tratou-o como tal. Embora não pudesse evitar a execução de Orsini, fez publicar a sua última carta, um apelo à libertação da Itália, e incentivou Cavour a divulga-la na imprensa da Sardenha. Não há melhor ilustração do carácter de Napoleão do que este patrocínio de uma conspiração revolucionária dirigida contra a sua própria vida.



Napoleão estava agora convencido de que a política herdada de Lamartine e Cavaignac — condenar os acordos de 1815 sem procurar destruí-los, ou seja a aliança «liberal» com a Inglaterra —, estava condenada. Teria de recuar para uma aliança conservadora com a Áustria, ou avançar para uma aliança revolucionária com o nacionalismo italiano. As suas preferências eram claras. Afirmava que «sempre senti, e continuo a sentir, uma viva repugnância pelo gabinete austríaco. Espero nunca ser empurrado para uma aliança com a Áustria». [...]

Cavour oferecia duas tentações a Napoleão: dinástica e nacional. Estava disposto a casar a filha de Victor Emanuel com o primo de Napoleão, o príncipe Jerónimo, cuja reputação era dúbia, e prometia restaurar as fronteiras naturais entregando a Savóia, se a França derrotasse a Áustria e estabelecesse um reino da Itália do Norte «dos Alpes ao Adriático». Estes termos permitiriam realizar os maiores sonhos de Napoleão. Feitas algumas sondagens preliminares, Cavour e Napoleão encontraram-se secretamente em Plombières no dia 20 de Julho para combinarem os respectivos passos. Primeiro, far-se-ia o casamento do príncipe Jerónimo; depois uma guerra comum contra a Áustria. [...] Em Plombières, Cavour e Napoleão também discutiram as tácticas a usar e combinaram uma divisão de trabalho. Cavour ficava de arranjar uma causa respeitável para a guerra com a Áustria; Napoleão asseguraria o isolamento diplomático da Áustria.



Napoleão realizara o seu objectivo de uma guerra localizada em Itália. A questão principal era se conseguiria impedir que alastrasse. Uma guerra localizada depende de vitórias rápidas. As vitórias de Napoleão, apesar de rápidas, não haviam sido decisivas. [...] Os exércitos austríacos não estavam destruídos e seriam necessárias mais batalhas para Napoleão realizar o programa de uma Itália «livre dos Alpes ao Adriático». Entretanto, os sentimentos alemães, incluindo os do príncipe regente da Prússia, ficavam cada vez mais agitados. No dia 24 de Junho, o exército prussiano foi mobilizado e a Prússia ofereceu uma mediação armada. [...] Napoleão temia que a Prússia estivesse a pontos de intervir contra a França, e sabia que não poderia contar com a ajuda da Grã-Bretanha; a Áustria temia que a Prússia, a Rússia e a Grã-Bretanha estivessem a pontos de acordarem num programa de mediação hostil aos interesses austríacos. Seguiu-se um desses golpes que revelam o treino de conspirador que Napoleão possuía. A 5 de Julho propôs um armistício a Francisco José; os dois imperadores encontraram-se em Villafranca em 11 de Julho; a 12 de Julho foi assinada uma paz preliminar. Napoleão deslumbrou e confundiu Francisco José com conversa sobre uma «mediação europeia». Produziu termos que ele próprio havia sugerido aos ingleses, alegando que estes os tencionavam apresentar como base de mediação; e deixou a impressão que a Prússia os aceitaria como tal. Fez uma oferta simples: Veneza ficaria nas mãos dos austríacos se a Áustria abdicasse da Lombardia, à excepção das fortalezas do Quadrilateral. Francisco José estava desiludido e amargurado com a falta de apoio da Prússia e da Grã-Bretanha no início do conflito; e acreditou no conto de Napoleão Além do mais, obcecado com os direitos que lhe assistiam por Tratado, preferia abandonar a Lombardia em virtude de uma derrota militar do que pela força de um veredicto de uma Conferência Europeia. Napoleão, pelo seu lado, queria a paz a qualquer preço para escapar ao risco de

uma guerra no Reno. Esperava repetir a manobra com que tinha encerrado a guerra da Crimeia. Na altura, reconciliara-se com a Rússia à custa da potência neutral, a Áustria. Agora reconciliava-se com a Áustria à custa de todas as potências neutras e inclusivamente à custa do seu próprio aliado, a Sardenha. A Rússia não seria recompensada no Próximo Oriente. A Prússia não seria recompensada na Alemanha. A Sardenha, sem as fortalezas do Quadrilateral, ficaria mais dependente do que nunca do apoio francês. A Áustria e a França continuariam dominantes na Itália; e, por conseguinte, os ingleses não alcançariam o seu objectivo de estabelecer uma península independente.



A grande fraqueza de Villafranca residia no próprio carácter de Napoleão. Apesar de a carnificina dos campos de batalha o ter perturbado e de se ter assustado com a hipótese de uma guerra com a Prússia, permanecia um aventureiro; e, mal regressou a Paris, começou a planear novas surpresas na Itália. [...] Passadas poucas semanas, Francisco José constatou que havia sido defraudado. Os príncipes da Itália central não tinham qualquer hipótese de regressar aos seus tronos; e Napoleão contemplava serenamente a crescente agitação nacionalista. Os dois lados iniciaram preparações para uma nova ronda da questão italiana. A Áustria tentou uma reconciliação com a Rússia; Napoleão tentou precaver-se contra uma nova ameaça da Prússia. Esta ronda diplomática foi facilmente ganha pelos franceses. [...] No final de 1859 Napoleão decidiu destruir pelas suas próprias mãos o pacto de Villafranca. A sua preocupação principal não eram as províncias centrais da Itália; era a opinião pública francesa. A guerra de 1859, com o seu desfecho dúbio, não lhe trouxera substancial prestígio; sobretudo, não tendo obtido a libertação de Veneza, não obtivera a Sabóia e Nice. Esperava agora que um novo giro na roda da fortuna italiana lhe permitisse por fim iniciar a marcha para «as fronteiras naturais».

*The Struggle for Mastery in Europe*

## LORD SALISBURY

O traço peculiar de Salisbury era o seguinte: distinguíam-no dos seus antepassados os seus grandes dotes intelectuais, mas conservava as atitudes de um rústico. Pensava de um modo impiedoso, sem poupar nada nem ninguém; mas subscrevia um credo político elaborado por gerações de ingleses que, em política, desconfiavam das ideias. Detestava a vida social e as distinções de classe impacientavam-no; liderava um partido que valorizava essas distinções e existia para as preservar. Pensava pela sua própria cabeça, fechado à chave no seu gabinete, e não consultava ninguém até ter uma opinião bem formada; mas referia-se com desprezo às ideias dos intelectuais na política.



Durante quinze anos, de 1885 a 1900, Salisbury dirigiu a política externa, um recorde na história inglesa; e dirigia uma política digna desse nome. Gostava de afirmar que, para um ministro dos Estrangeiros inglês, era dispensável ter política. Pelas suas palavras, «a política da Grã-Bretanha é deixar o barco descer o rio à deriva, preguiçosamente, lançando ocasionalmente uma bóia para evitar uma colisão». Mas esta falta de rumo aparente não passava de uma artimanha para manter às mãos livres e esconder aos estrangeiros os seus planos. Não há nada na história da política externa inglesa comparável à forma prolongada e paciente como Salisbury resolveu as dificuldades da posição inglesa no Egipto, isolando o Egipto de um e depois de outro país e encenando finalmente o desafio aberto à França em Fashoda em 1898. Diria até que Salisbury estabeleceu as grandes linhas a partir das quais a política externa inglesa se desenvolveu por muitos anos após a sua morte. Percebeu que enquanto a Grã-Bretanha estivesse envolvida em querelas com a França e com a Rússia um pouco por toda a parte — no Egipto, na Pérsia, no Extremo Oriente —, ficaria dependente dos favores da Alemanha; e estava determinado a evita-lo. Preparou o terreno, de forma lenta e persistente, para o entendimento anglo-francês, consumado em 1904, e para o entendimento anglo-russo de 1907. Baseava o seu pensamento num facto que viria a ser demonstrado pelas duas guerras mundiais: se a Inglaterra e a Rússia, as duas grandes potências no limiar do Continente, não se entendessem, teriam ambas que se haver com a Europa, na pessoa da Alemanha. Por isso, Salisbury, o maior dos ministros dos Estrangeiros ingleses, foi também o maior advogado da cooperação anglo-russa.

**«A Tom statesman of Seniores»  
(BBC, 24 de Abril de 1947).**

**Rp. «Lord Salisbury» in Essays in English History**

## **KOSSUTH**

A carreira política de Luís Kossuth só durou dez anos; no entanto, Kossuth marcou como nenhum outro homem a Europa Central. Nascido na pequena aristocracia, não possuía terras; era jornalista de profissão e não tinha nada a perder com o extremismo. Era um convertido aos Magiares. As suas origens eram eslovacas e a sua mãe não falava o magiar. O sangue eslavo dava-lhe um atrevimento alheio à prudência e ao realismo dos Húngaros. Um eslavo sem terras, queria transformar-se num senhor magiar; e o seu golpe de génio foi insistir que a verdadeira linha divisória passava pelo nacionalismo magiar e não pela posse da terra. [...] O seu jornalismo dominou a Hungria na década de 1840 e, em 1847, foi eleito para a Dieta apesar de não possuir as necessárias qualificações por não ser proprietário. Este acontecimento simboliza

verdadeiramente a evolução dos Magiares de classe para nação. Kossuth tornou-se o herói popular da Hungria e, em seguida, do radicalismo por toda a Europa, apesar de nada ter em comum com o radicalismo sério e consciencioso dos seus contemporâneos. Foi antes o primeiro ditador que ascendeu ao poder substituindo o idealismo à causa da paixão nacionalista.



Kossuth tinha feito uma recuperação surpreendente desde os dias negros de Setembro de 1848. Nessa altura, a «grande Hungria» parecia dissolver-se: havia um levantamento nacional eslovaco no Norte, um levantamento nacional sérvio na Voivodina, resistência combinada dos alemães e dos romenos na Transilvânia e uma invasão croata através do rio Drava. Os seguidores de Kossuth, mesmo os mais radicais, aconselhavam-lhe a via do compromisso. Kossuth não hesitou. Viu nos conflitos nacionais uma oportunidade para exterminar os povos não-magiares e, em vez de tentar conciliar as nações da Hungria, aceitou os ânimos dos Magiares. Sozinho, impediu os compromissos que os outros ministros ofereciam às nacionalidades e atirou à cara desses povos, que começavam a despertar, frases que, um século depois, ainda deixavam cicatriz. Aos sérvios, afirmou que «a espada decidirá entre nós», ao mesmo tempo que concebia planos para os desalojar. Da Croácia, disse que «não chega para uma refeição», e chamou os romenos «a alma da conspiração contra a Hungria».

*The Habsburg Monarchy*

## **BISMARCK**

Otto von Bismarck nasceu em 1815 e morreu em 30 de Julho de 1898. A data do seu nascimento, a Prússia era a menor das grandes potências; quando morreu, a Alemanha já projectava a sua sombra sobre a Europa. A responsabilidade não foi dele. O aumento da população e uma indústria pesada sem rival tornaram a grandeza da Alemanha inevitável; o sucesso de Bismarck foi o de manter essa grandeza dentro de certos limites. De origem, e por convicção, um conservador, odiava o «dilúvio» tanto como Metternich. Apenas divergiam nos seus métodos. Metternich opôs resistência à revolução [na Áustria] e foi derrubado, Bismarck liderou a revolução na Alemanha e conseguiu domina-la. Utilizava a linguagem da demagogia para lhe roubar os resultados. Afirmava que unira a Alemanha; na realidade dividira-a com os Habsburgos. Pregava a doutrina do poder militar; na pratica limitou o proveito das vitórias sobre a Áustria e a França ao mínimo, dando a ambos os países mais uma geração de independência e grandeza artificiais. Instituiu o sufrágio universal na Alemanha e manipulou-o em benefício de uma classe e sobretudo de si próprio. Incapaz de impedir que os alemães perdessem a cabeça,

amarrou-os a um colete de forças de que só se libertariam vinte anos depois da sua queda e de que só se conseguiriam plenamente descartar quarenta anos após a sua morte.



Bismarck entrou verdadeiramente na política em 1848 e ficou toda a vida marcado por esse ano revolucionário. Os seus dois pesadelos eram a desordem social e o isolamento internacional. A motivação da sua política era a segurança – quer interna, quer externa. Em tudo o que fazia visava precaver-se de perigos, alguns dos quais imaginários. Durante muitos anos, as potências à volta da Prússia — a Rússia de um lado, a Inglaterra e a França do outro — haviam ditado a lei na Europa Central. Bismarck isolou os vizinhos da Prússia, ditou a lei na Europa Central e acabou por ditar a lei à França e à Rússia.

Tornou-se primeiro-ministro da Prússia em 1862. Em dois anos, pôs a nu a ilusão do Concerto da Europa e impôs a sua vontade em Schleswig e Holstein, apesar de, no acto, ter iludido o rei, os sentimentos nacionais alemães, a Áustria - ostensivamente sua aliada e as grandes potências. Dois anos depois, em 1866, convenceu a Rússia e a França a tolerarem a destruição do equilíbrio entre a Prússia e a Áustria, do qual dependia a segurança daquelas duas potências. A batalha de Sadova (Konniggratz) tornou a Prússia a principal potência alemã; mas não destruiu a monarquia Habsburgo. Pelo contrario, Bismarck preservou os Habsburgos, em associação com os Magiares, como uma barreira contra a «grande Alemanha», libertando deste modo a Prússia do legado alemão nos Balcãs. Do mesmo modo, em 1870 e 1871, tendo isolado a França e organizado a sua derrota, manteve a vitória alemã dentro de limites; nem renovou a tentativa de Napoleão, nem antecipou a de Hitler. Depois de 1871, Bismarck foi o expoente supremo do equilíbrio do poder; ao procurar a segurança da Alemanha, garantiu a segurança de todos os Estados europeus. Não permitia que a Rússia destruísse o Império Austro-Húngaro; mas também não apoiava as ambições da Áustria nos Balcãs. Graças a Bismarck, o império britânico nunca correu perigo; contudo, sob o seu patrocínio, a França construiu um império em África e a Rússia expandiu-se na Ásia Central e no Extremo Oriente. Não apenas no Congresso de Berlim, mas durante dezanove anos, Bismarck foi um mediano da paz e o seu sistema de alianças compeliu todas as potências, fossem quais fossem os seus desejos, a seguirem uma política pacífica.

**«Bismarck: Fifty years after The man of German destiny,  
Manchester Guardian, 30 de Julho de 1948.  
Rp. «Bismarck. The man of German destiny» in Europe:  
Grandeur and decline**

**CAVOUR**

Cavour não ligava muito à unificação da Itália, ou pelo menos não era essa a sua preocupação essencial. Desprovido de grandes sentimentos nacionalistas, preferindo falar e escrever em francês, a sua mais forte convicção era o liberalismo moderado. Queria uma imprensa livre, o livre câmbio e um parlamento eleito por um sufrágio limitado, primeiro no Piemonte e quiçá depois no norte da Itália. Não considerava a unificação de toda a península como um ideal nobre nem pensava que, por si só, provocasse uma regeneração moral. Apenas nutria desprezo por idealistas como Mazzini e poderia fazer suas as palavras de Bismarck: «As grandes questões do nosso tempo não serão decididas por discursos ou resoluções majoritárias mas pelo sangue e pelo aço». O sangue e o aço que lhe faltavam eram compensados pela dissimulação e pela malícia. Considerava a questão italiana como um problema do foro da diplomacia europeia e não uma questão de sentimento nacional. Pensava no povo italiano apenas porque o temia. As suas reflexões concentravam-se em Napoleão III. E, retrospectivamente, há que confessar que a unificação da Itália só foi possível porque Napoleão III foi levado [por Cavour] a derrotar a Áustria em 1859. Convenhamos que a vitória do nacionalismo não era inevitável. A Polónia teve de esperar até ao século XX, apesar de ter sentimentos nacionais muito mais fortes; a Ucrânia continua à espera.

**«Cavour and Garibaldi 1860»,  
New Statesman and Nation, 47, 1207 (1954).  
Rp. «Cavour and Garibaldi» in Europa: Grandeur and decline**

**METTERNICH**

A natureza do império austríaco ressalta claramente do contraste entre a Prússia e a Áustria. Ambas recuperaram o seu lugar entre as grandes potências após a derrota de Napoleão; a Prússia conseguiu-o pelos seus próprios esforços, graças a reformas impiedosas, a Áustria graças a uma diplomacia acomodatória e a tratados engenhosos.

Esta Áustria era personificada por Metternich, que foi seu ministro dos Estrangeiros desde de 1809 e a representou na Europa durante trinta e nove anos. Para Metternich, tal como para a Europa, a «Áustria» era um termo Diplomático. [...] Graças à sua habilidade diplomática, a Áustria pôde sobreviver aos anos difíceis de 1809 a 1813 tornando-se, após a queda de Napoleão, o centro da ordem europeia, simbolizada pelo Congresso de Viena. Porque, sendo, a Áustria necessária à Europa, a Europa era necessária à Áustria. A Áustria não podia ter uma política de isolamento ou sequer de independência; tinha constantemente que justificar a sua existência, desempenhar uma missão, construir sistemas de alianças. A política externa de Metternich nasceu das duras experiências que marcaram a sua ascensão ao poder: temia a acção, tentava por

sistema adiar as decisões e só aspirava à quietude. Na geração seguinte à de Napoleão, a Europa também queria repousar-se. Por conseguinte, Metternich estava sintonizado com o sentir da Europa. O seu azar foi ter sobrevivido a essa geração cansada da guerra e ter visto despontar uma Europa que exigia ideais mais positivos.



A política externa de Metternich baseava-se na premissa de que as questões ocidentais tinham primazia: supunha que uma agressão francesa constituía a principal ameaça aos acordos de Viena, e que o seu principal problema era a segurança da Itália e da Alemanha. A verdadeira ameaça à existência da Áustria, que acabou por a destruir, vinha da Rússia, não da França, e o mais profundo problema austríaco era a questão oriental. No século XVIII, a questão oriental consistia numa simples competição entre a Áustria e a Rússia pela aquisição de territórios turcos. Mas o problema já não podia ser posto nesses termos. A última aquisição dos russos tinha-os levado até à margem do Danúbio; qualquer outro ganho leva-los-ia à outra margem. Mas, antes de serem inventados os caminhos de ferro, o Danúbio era a única ligação económica da Áustria com o resto do mundo e a mais importante mesmo depois de o serem; a Áustria não podia permitir que o controlo da foz do Danúbio passasse para as mãos da Rússia, sob pena de deixar de existir enquanto potência independente. Mais partilhas [do Império Otomano] estavam excluídas. Este facto, de que os diplomatas austríacos só lentamente e os russos nunca se aperceberam, dominou a questão oriental entre 1812 e 1914. A Turquia também se havia tornado necessária à Europa. A Áustria e a Turquia, ambas dependentes do direito e não da força, estavam indissoluvelmente ligadas. Gentz, o pensador político que fornecia ideias a Metternich, escreveu em 1815: «A Áustria só poderia sobreviver por pouco tempo ao fim da monarquia turca».

Preservar a paz entre a Rússia e a Áustria, e ao mesmo tempo impedir mais sucessos russos no Próximo Oriente foi a maior vitória diplomática de Metternich. O facto de Metternich a considerar secundária à luta contra «a revolução» torna-a porventura ainda maior. Seja como for, ambos estão ligados e talvez Metternich soubesse as linhas com que se cosia ao exagerar os perigos da França e do nacionalismo radical, pois lograva assim distrair a Rússia do Danúbio e de Constantinopla.



Metternich foi o mais fértil, embora não o mais enérgico dos reformadores do império austríaco. Em 1821, foi-lhe atribuído o título de chanceler como recompensa da sua bem sucedida diplomacia; e essa posição dava-lhe alguma margem para agir como conselheiro principal do Imperador. Era rápido, com uma inteligência superficial e uma enorme

experiência do mundo; e, apesar de incapaz de construir um sistema político geral, tinha no seu assistente Gentz o mais eficaz pensador político da época. [O Imperador] Francisco não gostava de mudanças, fossem elas propostas por Metternich ou por qualquer outro; e nenhum dos projectos de Metternich foi posto em pratica. Faltava a Metternich aquela força motriz que é marca do grande estadista e o leva a traduzir as ideias em acções; e as circunstâncias do império Habsburgo eram tais que, se acaso a possuísse, só teria logrado destruir a sua carreira política. Era um professor na política e os seus esquemas, intelectualmente dextros, antecipavam todos aqueles que, mais tarde, seriam utilizados por outros professores na esperança de resolver — ou seja de evadir — o «problema austríaco». O problema em si era, na essência, simples. A monarquia Habsburgo e o nacionalismo eram incompatíveis; não havia verdadeiramente maneira de os conciliar.

*The Habsburg Monarchy*

## CLÉMENCEAU

A 13 de Novembro [de 1917], o primeiro-ministro Painlevé foi derrotado na Câmara. O Presidente Poincaré ponderava a questão decisiva — devia nomear Cailloux, o advogado de uma paz de compromisso, ou Clémenceau, um homem que odiava, mas era um guerreiro decidido. Sendo da Lorena, e um nacionalista ferrenho, Poincaré nomeou Clémenceau. O seu governo não foi mais um governo parlamentar — foi uma ditadura de guerra. Quando Clémenceau se dirigiu, pela primeira vez, à Câmara, em 20 de Novembro, disse: «Perguntam-me quais são os meus objectivos de guerra? Meus senhores, são os mais simples: a vitória». E, em 18 de Março de 1918: «Política interna? Faço a guerra. Política externa? Faço a guerra. Faço a guerra a todo o tempo». Clémenceau não teve em conta os políticos. Nomeou como ministros satélites leais. Prendeu Cailloux e outros apoiantes da paz de compromisso, e acusou-os de traição, ou de correspondência com o inimigo. Embora as acusações não fossem consistentes, estimulavam as emoções patrióticas e o entusiasmo por Clémenceau.



No dia 18 de Janeiro de 1918, Wilson anunciou os catorze pontos — o esboço de um programa de paz que, segundo esperava, tornaria impossível uma nova guerra. Tal como Lénine, repudiava os tratados secretos e defendia a autodeterminação. A nova contribuição de Wilson era uma Liga das Nações, que garantiria tanto a segurança dos grandes como dos pequenos. O programa de Wilson foi tão mal recebido pelos Aliados como o de Lénine. Por razões óbvias, não o podiam dizer. Clémenceau limitou-se a comentar, acerca dos catorze pontos: «Nosso Senhor só tinha dez».



Não era o momento para apresentar aos governos francês e britânico a ideia de um armistício ou de uma paz idealista. O Conselho de Guerra reuniu-se a 29 de Novembro [de 1917]. A sugestão bolchevique de um armistício ou mesmo de uma negociação, foi logo rejeitada, pelo meio de protestos contra a traição russa. Clémenceau e Lloyd George, sem dúvida, acreditavam genuinamente que nenhuma paz justa, ou sequer tolerável, era possível antes da derrota da Alemanha. Mas também tinham consciência de que estavam onde estavam por causa das suas promessas de vitória total. Supunham poder derrotar os socialistas e, assim, «salvar a sociedade», continuando a guerra; e tudo o que não fosse uma vitória justificaria as críticas dos socialistas. Estes argumentos não se moviam, conscientemente, nas suas cabeças. Ambos eram hábeis tácticos políticos; ambos se tinham como muito capazes; ambos adoravam o poder. Uma linha forte garantia os aplausos.

Tentativas de moderação provocariam uma tempestade no parlamento e na imprensa. É fácil os homens de Estado serem corajosos à custa dos outros; difícil é serem sensatos – e talvez, nesta altura, não houvesse nenhum curso sensato. Em todo o caso, a decisão foi tomada rápida e firmemente: uma recusa clara e definitiva da proposta bolchevique. Além do mais, daí decorria logicamente que quem quer que defendesse uma paz sem vitória era um bolchevique – ou quase: um veredicto severo para o pobre Lord Lansdowne. O seu argumento sobre a necessidade de preservar a civilização foi invertido: para salvar a sociedade do bolchevismo, a guerra tinha de ser levada até ao seu triste fim. Lloyd George e Clémenceau, bem como Ludendorff, pensavam que a vitória era a melhor garantia da ordem estabelecida, embora, bem entendido, não pudessem atingir este objectivo todos os três.

*The First World War*

## **LLOYD GEORGE**

Lloyd George estava garantido enquanto durasse a guerra, e pensou que ainda mais garantido ficaria depois da guerra terminar. Tinha cumprido o seu contrato: ganhara a guerra. A eleição geral de 18 de Dezembro de 1918 centrou-se unicamente na questão de saber se Lloyd George continuaria como primeiro-ministro – foi um plebiscito que Lloyd George venceu.



A lista dos seus sucessos depois da guerra é notável, talvez ainda mais do que durante a própria guerra. Pode discutir-se em que medida contribuiu para a vitória. O próprio Lloyd George disse que a guerra não fora ele quem a vencera, mas o «homem com o capacete de aço». O que

fez depois da guerra foi inteiramente feito por si. A paz com a Alemanha. Lloyd George, sozinho, contra Clémenceau e Wilson, assegurou um acordo territorial moderado, que não retirava à Alemanha nenhum território «étnico»; tratou sozinho das reparações de forma a que pudessem ser acordadas com a Alemanha, logo que os alemães estivessem preparados para chegar a acordo. A paz com a Rússia soviética. Lloyd George conseguiu-a não só contra os seus aliados franceses, como contra a maioria dos membros do seu próprio governo, incluindo sobretudo Churchill. A paz com os sindicatos. Lloyd George contornou as ameaças dos ferroviários e dos mineiros, até estas deixarem de ser perigosas. A paz com a Irlanda. Lloyd George fez o milagre que escapara a todos os homens de Estado britânicos durante mais de um século, ou talvez mesmo durante cinco séculos – ao primeiro dos Pitt, a Gladstone e a Asquith, para não ir mais longe: resolveu a questão irlandesa de uma vez para sempre. Quase não houve um problema em que não deixasse a marca do seu sucesso. Os anos entre as duas guerras viveram desta herança, e esgotaram-na.

Porém, era tudo pó e cinzas. Cada sucesso fazia baixar a sua reputação em vez de a aumentar. O que falhou? O que fez com que Lloyd George deixasse de ser a mais admirada e se tornasse na mais odiada e detestada figura da política britânica? Em parte, o seu método, que definiu com palavras clássicas: «Nunca fui a favor de ataques frontais demasiado custosos, nem na guerra, nem na política, desde que houvesse um modo de os contornar». Dirigia uma coligação predominantemente de direita, mas os seus instintos estavam à esquerda. Não confrontava os seus seguidores: em vez disso levava-os com parangonas numa direcção, até ao momento em que descobriam que os tinha levado a uma conclusão exactamente oposta. A conciliação com a Alemanha foi preparada por detrás de uma cortina de fumo – «Enforquem o Kaiser», «A Alemanha tem que pagar». Os dirigentes soviéticos eram párias bolcheviques até ao dia em que Lloyd George assinou com eles um acordo comercial. Os dirigentes sindicais eram um desafio à civilização num dia e, no dia seguinte, oferecia-lhes uísque e charutos. A Irlanda foi o exemplo supremo. Os *Black and Tans*, um dos episódios mais atrozes da história britânica, precederam a paz de Lloyd George. Disseram aos Unionistas que Lloyd George os protegia e depois exigiram-lhes que renunciassem a tudo quanto tinham defendido durante quarenta anos. Ninguém gosta de ser aldrabado, nem pela mais admirável das causas.



O sucesso de Lloyd George marcou o último triunfo da iniciativa individual. A sua queda mostrou que os tempos da iniciativa individual tinham acabado. Hoje, os grupos dominam, na política como no resto. Agora, até os historiadores trabalham em equipa.

**Lloyd George: use and fan, Londres, Cambridge UP, 1961. «Lloyd George: use and fan» in *Essays in English History***

[Em 1915] na Grã-Bretanha, travava-se uma renhida discussão. Uma parte dos ministros civis recusava-se a partilhar as convicções dos generais. Os liberais, Runciman e Mackenna, pensavam que a Grã-Bretanha estava perto do colapso económico. Lord Lansdowne, *leader* dos conservadores na Câmara dos Lordes, dizia mais: que o próprio tecido da civilização europeia não podia sobreviver a muitos mais anos de guerra. Nenhum deles se atrevia a dizer estas coisas em público. Lloyd George, por outro lado, recebeu uma resposta entusiástica quando defendeu «o golpe final». Os britânicos estavam a lutar por grandes princípios morais: em todo o caso, era o que a maioria pensava; e esses princípios só poderiam ser afirmados pela derrota completa da Alemanha, e não por uma paz de compromisso. Lloyd George não acreditava que a guerra pudesse ser ganha se as coisas continuassem como estavam, sem coordenação entre os aliados, sem mobilização dos recursos nacionais para a guerra. [...] Lloyd George estava decidido a impor uma condução mais enérgica da guerra. Bonar Law, o dirigente conservador, apoiava-o. A intenção original de Lloyd George era exigir para si a condução da guerra, enquanto Asquith continuava a figurar como primeiro-ministro. Asquith começou por concordar, depois mudou de ideias. Era «o homem indispensável» e, portanto, supunha poder voltar a formar governo com ou sem Lloyd George, ou com um Lloyd George domesticado. O cálculo falhou. Asquith saiu, mas não conseguiu voltar. Os parlamentares, tanto liberais como conservadores, também queriam «uma condução mais enérgica da guerra», de quem pouco lhe importava; e reconheciam que Lloyd George era capaz de o fazer. Bonar Law, empurrado por Beaverbrook, trouxe os conservadores. Christopher Addison reuniu cento e vinte liberais. Lloyd George conseguiu um golpe particularmente eficaz quando obteve o apoio dos trabalhistas — pequeno na Câmara dos Comuns, mas que trazia atrás de si a cooperação dos sindicatos nas fabricas. No dia 7 de Dezembro de 1916, Lloyd George tornou-se primeiro-ministro.

***The First World War***

## **TROTSKY**

Na desordenada decadência da Rússia imperial, a voz de Trotsky podia encher um continente. Durante a revolução de 1905, era um jovem desconhecido de vinte e cinco anos. Em S. Petersburgo, sem conhecer ninguém ou representar quem quer que fosse, impôs-se no Soviete e, antes da revolução terminar, era a sua figura dominante. Na última reunião, declarou fora de ordem o oficial de polícia que viera prender os membros do Soviete: «Faça favor de não interromper o presidente. Se quer usar da palavra, tem de me dizer o seu nome». Nesses tempos, as palavras eram mais poderosas do que os exércitos. Foi também assim,

numa escala mais gigantesca, em 1917. Os bolcheviques não levaram Trotsky ao poder: foi ele quem os levou ao poder. Lénine fez com que o partido se decidisse pela insurreição, mas continuava clandestino quando esta começou e, de início, não quis acreditar no seu sucesso. A tomada do poder em Outubro foi obra de Trotsky, e Lénine reconheceu-o, logo a seguir, com grande generosidade, quando propôs que Trotsky encabeçasse o novo governo revolucionário.



Trotsky costumava afirmar que a história estava do seu lado. Quando se dirigiu ao Congresso dos Sovietes, logo a seguir à conquista do poder, disse aos mencheviques que protestavam: «A vossa parte chegou ao fim. Voltem para o vosso lugar: o caixote do lixo da história». No entanto, nunca nenhum homem escolheu o seu papel mais isoladamente, ou seguiu um percurso mais determinadamente individualista. Trotsky levou ao extremo a era de grandeza individual que começara com a Revolução Francesa. A sua voz era mais poderosa do que a de Danton — tinha-se educado a si próprio, feito por si mesmo, era o seu próprio conselheiro. Dele se pode dizer, como se dizia de Napoleão: «a sua presença no campo de batalha valia dez divisões». É irónico que o sucesso de Trotsky, o maior dos revolucionários socialistas, tenha ficado a dever-se à livre empresa e à liberdade capitalista. A era do indivíduo terminou quando os homens foram eclipsados pelas máquinas — e em nenhum caso mais decisivamente do que pela máquina de um grande partido político. Na I Guerra Mundial, o génio ainda contava. Lloyd George, Clémenceau, Trotsky foram, cada um à sua maneira, os salvadores dos seus países. Não é por acaso que as carreiras dos três acabaram mal, depois da guerra terminar. Os dirigentes da II Guerra Mundial precisavam de burocracias e de organizações partidárias. Mesmo Winston Churchill teve de tornar-se chefe do partido conservador; e só países atrasados, como a Jugoslávia ou a França, puderam produzir heróis, como Tito ou de Gaulle. Trotsky apareceu mesmo a tempo: nos nossos dias, nunca teria saído do fundo da província.



À medida que a rede de intolerância se apertava, quando as revoluções europeias falharam e as massas russas ficaram cada vez mais insatisfeitas, Trotsky tornou-se explosivo. A sua resposta foi típica. De um salto, chegou ao totalitarismo na sua forma mais brutal. Os seus dons traíram-no: dentro de qualquer escritor vigoroso dorme um ditador. O poder sobre as palavras leva facilmente a querer o poder sobre os homens, e Trotsky nunca soube resistir a um desafio. Escreveu *A defesa do terrorismo no ponto mais alto da guerra civil*, e justificou a conquista da Geórgia contra os sociais-democratas da Europa ocidental, embora se lhe tivesse oposto. Em 1921, pregou a militarização do trabalho e a ditadura permanente do

partido comunista. Lénine conteve-o. Mas as armas forjadas por Trotsky cedo foram viradas contra ele por Estaline. Pagaria com muitos anos de resistência e de exílio a sua traição à liberdade. As glórias dos seus triunfos revolucionários empalidecem perante a nobreza das suas derrotas posteriores. O espírito do homem era irreprimível em Trotsky. O coronel Robbins, representante da Cruz Vermelha americana em Petrogrado, pronunciou o veredicto da história: «Era um filho da puta da pior espécie, mas foi o maior dos Judeus desde Jesus Cristo».



Lénine acabaria como uma múmia sagrada, continuando a dominar as vidas de duzentos milhões de pessoas no silêncio da sua morte. Trotsky seria assassinado longe da Europa e – o que para ele era muito pior – o seu nome foi apagado dos livros de história.

«**The Prophet armed**», *New Statesman and Nation*, 47, 1198, 1954.  
Rp. *Europe: Grandeur and decline*

## LÉNINE

Finalmente, Lénine chegou a Petrogrado, à estação da Finlândia. Estava à espera de ser preso. Em vez disso, havia uma deputação oficial do Soviete à sua espera, com flores e cumprimentos. Lénine passou pela deputação e saiu da estação. Subiu para um carro blindado e gritou à multidão: «A revolução está a ser traída pelos seus dirigentes». Lénine reuniu-se imediatamente com o Comité Central bolchevique, e disse-lhes que tinham de se preparar para uma nova revolução. Todos, incluindo Estaline, pensaram que ele estava louco, e decidiram destruir todos os registos do seu discurso sobreviveu um, por acaso. Lénine não desistiu. Disse: «As massas são cem vezes mais revolucionárias do que nós». E continuou a pregar a revolução.



Lénine pensava que se uma das potências beligerantes fizesse a paz, as outras seguiriam o seu exemplo. Se não, a revolução varreria a Europa. Por sua indicação, Trotsky convidou todos os países em guerra para uma conferência de paz. As potências da Entente recusaram. A Alemanha aceitou um armistício, e os bolcheviques negociaram com as potências centrais em Brest-Litovsk. A proposta bolchevique era uma paz sem anexações, nem indemnizações. Os alemães responderam exigindo a entrega de um terço do território da Rússia. Muitos dos bolcheviques queriam proclamar uma guerra patriótica revolucionária. [...] Lénine respondeu: «Os soldados votaram contra a guerra. Votaram com os pés, quando fugiram».

Trotsky propôs um compromisso. Recusar-se-ia a assinar as condições alemãs e declarava simplesmente que a guerra acabara. Os alemães, argumentava, não se atreveriam a recommençar as hostilidades. Lénine não ficou convencido. Esperava, em vão, por sinais da revolução na Alemanha, ou na Áustria-Hungria. Trotsky fez a sua declaração: os alemães romperam o armistício, e penetraram ainda mais fundo na Rússia. O grande problema estava posto: os bolcheviques deviam perecer heroicamente ou sacrificar território russo para sobreviverem? Lénine não tinha dúvidas: o regime bolchevique tinha de sobreviver, custasse o que custasse. Num silêncio cavado, os delegados bolcheviques assinaram o tratado de Brest-Litovsk.



Lénine continuava à espera da revolução internacional, e começou a pensar que tinha muito que esperar. Mas também entreviu uma nesga de esperança, mesmo que não chegasse a revolução internacional. Talvez, com o tempo, a Rússia se transformasse num país industrial avançado e, então, o socialismo seria um sistema viável. Lénine anunciou vezes sem conta: «O comunismo é igual ao poder soviético mais a electrificação». Como era completamente ignorante das coisas científicas, pensava que com a electricidade tudo se resolveria. Lénine acabava de pôr o marxismo de pernas para o ar. De acordo com o marxismo ortodoxo, a ordem política derivava do sistema económico. Na Rússia soviética, uma ditadura política preparava-se para impor o socialismo a um país praticamente pré-capitalista. Implícito na política de Lénine estava o «socialismo num só país» e o longo período da ditadura de Estaline.

«Lenin. October and after» in J. M. Roberts, A. J. P. Taylor, *History of the xxth Century*, vol. 35, 37

## DALADIER

Daladier era um radical da velha guarda, ansioso por preservar a honra da França, e convencido que só uma política de firmeza podia travar Hitler. Mas não sabia como o fazer. Tinha servido nas trincheiras durante a I Guerra Mundial, e recuava, com horror, perante um novo holocausto. Em todos os momentos, pronunciou-se decididamente contra o apaziguamento, para depois o aceitar.

Daladier repetiu o padrão do costume — primeiro, cheio de força, depois irresoluto, para finalmente capitular. A 8 de Setembro de 1938 disse a Phipps: «Se as tropas alemãs atravessarem a fronteira da Checoslováquia, os franceses avançarão como um só homem».

Depois, chegou o 13 de Setembro: os Sudetas alemães estavam prestes a revoltar-se, com o apoio de Hitler. O Conselho de Ministros francês estava profundamente dilacerado — seis a favor da rendição da Checoslováquia, quatro contra, incluindo Bonnet. Daladier não deu nenhuma orientação,

nem para um, nem para outro lado. Bonnet saiu da reunião, foi logo ter com Phipps, e disse-lhe: «A paz tem de ser preservada a todo o custo». Phipps quis obter confirmação do colapso francês, e pediu para ver Daladier. Ao princípio da noite, Daladier ainda oscilava. Confrontado por Phipps com uma pergunta à queima-roupa, respondeu, «com evidente falta de entusiasmo», que «se os alemães usarem a força, a França seria obrigada a fazer o mesmo». Phipps concluía, na sua mensagem para Londres: «Temo que os franceses tenham estado a fazer *bluff*». As dez da noite, Phipps telefonou para Londres, com uma «mensagem muito urgente» de Daladier para Chamberlain: «As coisas estão a mover-se tão depressa, e com tal gravidade, que podem ficar fora de controlo quase imediatamente... A entrada de tropas alemãs na Checoslováquia tem de ser evitada a qualquer preço». Daladier insistia que Runciman tornasse público imediatamente o seu plano. Se tal não bastasse, devia haver uma reunião das três potências — a Alemanha pelos Sudetas, a França pela Checoslováquia, e a Grã-Bretanha por Lord Runciman. Daladier tinha-se finalmente resolvido: decidira render-se.

***Origins of the Second World War***



Munique foi o preço pago por uma interpretação errada da história - a ilusão de que a França, e até a Inglaterra, eram os vencedores da primeira guerra alemã. E, no entanto, sem a Rússia a França teria sido derrotada em 1914; a Inglaterra não podia ter levado a guerra até à vitória final sem a América. Mas, embora Munique se tenha tornado num termo acusatório tanto em França como na Inglaterra, teve um significado diferente para cada um dos países. Para os franceses significou desistir conscientemente da grandeza; a França entregou os frutos da vitória de 1918 e abandonou os seus aliados na Europa oriental. Os «homens de Munique» franceses traíram a grandeza da França e, de Daladier para baixo, admitiram-no. Justificaram a sua traição argumentando que o preço da grandeza, em sangue e em agitação social, era demasiado elevado. O caminho francês segue uma linha recta de Munique a Vichy; e, depois de Munique, só a colaboração fazia sentido. Os franceses que se opunham a Munique exigiam uma revolução. Era, obviamente, o caso dos comunistas; mas o jacobinismo — a via de Clémenceau, ou de de Gaulle — era igualmente uma ameaça para a Terceira República, como o seria para a Quarta. Em 1938, os radicais aceitaram Munique para preservar a República; e hoje, pela mesma razão, admitem contra vontade os planos europeus que voltarão a pôr a França à sombra do poder económico alemão.

«Ten years after», *New Statesman and Nation*, 36, 917 (1948).  
Rp. «Munich ten years after» in *Europe: Grandeur and decline*

**NEVILLE CHAMBERLAIN**

Napoleão costumava perguntar acerca das pessoas: «Tem sorte?» A capacidade, a experiência, a integridade eram importantes; sem sorte de nada serviam. Neville Chamberlain tinha muitas e grandes qualidades. Era corajoso e industrioso. O seu intelecto era claro e penetrante. Nenhum político deste século tinha um cérebro administrativo tão bom, ou usou melhor este dom. [...] Mas de nada lhe valiam. Faltava o elemento decisivo. Chamberlain pecou contra a regra de Napoleão: era um homem sem sorte.



Os homens, em particular os homens de Estado, nem sempre pensam com uma lógica precisa e rigorosa. Chamberlain, porém, não era confuso, nem era um apaziguador por natureza. Pelo contrario, era mais persistente do que a maior parte dos seus contemporâneos e gostava de resolver as coisas de uma maneira ou de outra. No princípio da crise da Abissínia, foi o membro do governo que mais insistiu nas sanções petrolíferas, embora também tenha sido o primeiro a exigir o fim das sanções, quando se tornou óbvio que estas tinham falhado. Do mesmo modo, na crise da abdicação, Chamberlain queria que se apresentasse a Eduardo VIII uma posição formal do governo para aconselhar o rei a terminar a sua ligação com a Senhora Simpson, juntamente com o aviso de que se esse conselho não fosse seguido o governo se demitiria. Não se tratava de defender, como Unitarista, os princípios religiosos contra o divórcio — a incerteza estava a «prejudicar os negócios e o emprego». O mesmo em política externa. Chamberlain não partilhava a aversão a «Versailles», típica da maioria dos ingleses naquela altura. Somente o irritava a instabilidade da ordem existente, e considerava a sua revisão uma necessidade desagradável. E não foi enganado por Hitler. Achava Hitler detestável, mas não muito mais do que a maior parte dos estrangeiros, à parte os músicos. Chamberlain não era cego, nem estúpido, e menos ainda covarde. Pelo contrario, foi a sua coragem que o perdeu. Queria acabar com a incerteza, acelerar as coisas, e isso conseguiu. A sua política ajudou a que a guerra que todos — incluindo Hitler e Mussolini —, esperavam para 1943, acontecesse em 1939. O seu objectivo era evitar a guerra. Falhou, e um fracasso nesta escala não pode ser desculpado pelas boas intenções. Chamberlain esta hoje para lá da defesa e da condenação. Precisa de um biógrafo que tentasse compreendê-lo. Provavelmente não o encontrara — o destino de Neville Chamberlain é continuar a não ter sorte.

**«Unlucky find», *New Statesman*, 62, 1603, 1961.  
Rp. *Essays in English History***



Chamberlain, dos quatro homens que determinavam a política britânica e francesa, era quem tinha o mais forte caracter. A timidez, ou as dúvidas

sobre a força britânica, não afectavam os seus cálculos, embora tivesse uma natural aversão à guerra. Acreditava ser possível conquistar Hitler para a paz; também acreditava que Hitler tinha um bom caso quanto à Checoslováquia. Estava, pois, determinado a agir de acordo com aquilo em que acreditava, qualquer que fosse a oposição interna, ou no estrangeiro. As suas opiniões eram partilhadas pelos que eram supostos mais competentes para ajuizar. Neville Henderson, o embaixador em Berlim, tinha a mesma confiança em conquistar Hitler para a paz; e fora escolhido para o posto por Vansittart como o melhor diplomata britânico disponível. Tanto Henderson, em Berlim, como Newton, em Praga, insistiam que as reivindicações dos Sudetas tinham bons fundamentos morais, e que o governo checoslovaco nada fazia para lhes responder. Phipps, em Paris, sublinhava, e talvez exagerasse, a fraqueza francesa. Alguns membros do Foreign Office não gostavam da política de Chamberlain. Mas estavam na mesma posição que Daladier: embora não gostassem daquela política, nenhum deles era capaz de apresentar uma alternativa.

#### ***Origins of the Second World War***

O trunfo de Chamberlain era o seu racionalismo. Derrotava os seus críticos com a pergunta: qual é a alternativa? [...] Churchill tinha tendência para falar como se a Grã-Bretanha e a França ainda pudessem impor a sua lei na Europa; alguns membros do Foreign Office pensavam que Hitler devia ser punido. Chamberlain não tinha confiança nesta política. Embora pensasse que a França estava protegida de uma invasão pela linha Maginot, e que a Grã-Bretanha também o estava, por detrás do escudo do poder naval, entendia que a Alemanha, pela sua parte, estava igualmente em segurança. Em qualquer caso, só podia ser reduzida por uma grande guerra, que duraria vários anos e destruiria a Europa. Ele, e quase todos os ingleses, queriam evitar essa guerra. Aos poucos que sugeriram que Hitler estava a fazer *bluff*, respondiam as estimativas dos chefes de Estado-Maior — ou as de Churchill. E Chamberlain não lamentava o declínio da influência anglo-francesa na Europa oriental, que os homens de Estado britânicos, incluindo o seu irmão Austen, defendiam desde o fim da I Guerra Mundial. Naturalmente, para Chamberlain, e para toda a gente, era evidente que a Alemanha se tornaria a potência predominante na Europa oriental e nos Balcãs; a partir do momento em que fosse reconhecida como uma grande potência não havia maneira de o evitar. Chamberlain via mais longe, e previa uma guerra entre a Alemanha e a Rússia soviética, para resolver os problemas do império britânico? Esta explicação foi avançada, contra Chamberlain, por alguns extremistas socialistas, na altura, e a seu favor. Faltavam provas. Chamberlain vivia no presente. Queria resolver problemas imediatos, e não perscrutava mais longe. Sem dúvida, esperava que a Alemanha e a Rússia soviética se equilibrassem e contivessem reciprocamente. Uma guerra entre estas

duas potências seria também uma catástrofe para a Grã-Bretanha, se uma delas alcançasse uma vitória decisiva.



Os apaziguadores foram, em geral, acusados de não terem o menor sentido da grandeza britânica, e até de serem cobardes. Estas acusações ignoram as dificuldades com que o governo se confrontava. Chamberlain e os seus colegas não estavam abaixo da média normal. Mas não estavam num tempo normal. O estranho período em que nem a Alemanha, nem a Rússia, contavam como grandes potências estava a acabar. O sistema de Versailles estava em ruínas, e os ministros britânicos não sabiam o que pôr no seu lugar. Provavelmente, gostariam de uma Alemanha civilizada, que não estava disponível. Achavam que uma aliança com a Rússia não melhoraria Hitler, antes pelo contrário. Estavam confrontados com alternativas que não desejavam, e não escolheram nenhuma. Mas também não podiam ficar parados. [...] Andaram à deriva, à espera dos acontecimentos, ou melhor, à espera que estes não acontecessem.

*English History*

## **HITLER E MUSSOLINI**

Houve uma ideia que foi levada até ao fim, a ideia do herói, ou do super-homem, do salvador político por que tantos europeus ansiavam, desde o tempo de Napoleão. O mito foi lançado pelo próprio Napoleão e apoderou-se do seu sobrinho; Carlyle pregava-o com um zelo religioso; Wagner deu-lhe forma musical para os alemães; e, no princípio do século XX, quase todos os escritores defenderam uma ou outra forma da doutrina antidemocrática do super-homem.

Vinte anos depois, apareceu o super-homem – ou melhor, apareceram dois super-homens, Hitler e Mussolini, Napoleões do século XX, heróis do nosso tempo. Ambos eram tipos heróicos puros, sem os apoios adventícios dos seus predecessores. Frederico o Grande herdou a sua coroa; Napoleão partiu dos seus sucessos militares; Cromwell e Lénine tinham atrás de si uma classe revolucionária compacta. Hitler e Mussolini fizeram-se a si próprios. Se não fossem heróis, não eram nada. Antes de chegarem ao poder, não tinham feito nada; e a suposta base de classe do seu domínio (o fascismo como estágio último do capitalismo) era uma asneira pegada. Os seus verdadeiros apoiantes eram homens que, como eles, não pertenciam a nenhuma classe, não eram nem os capitalistas nem a pequena burguesia. O general Beck dizia de Hitler: «Este homem não tem pátria», e podia acrescentar-se nem classe, nem passado, nem família. Mussolini tinha família, e até uma amante, o que não o impediu de ordenar a execução do seu cunhado: é verdade que, às vezes, repetia os ecos «proletários» do seu passado, tal como Hitler vivia da retórica

sobre a Grande Alemanha que aprendera em Viena. Não eram mais do que frases para produzir a adesão popular; não eram convicções autênticas, menos ainda a motivação dos seus actos. Estes heróis só acreditavam em si próprios. Como todos os homens públicos, queriam o poder. O que neles era excepcional era uma intensa vaidade pessoal: queriam estar na ribalta e controlar as luzes, serem o actor, o encenador e o dramaturgo. Em suma, queriam ser Deus, e como a humanidade perdera a sua fé em Deus, aceitou a sua vontade.

«The Rome-Berlin Axis», *New Statesman and Nations*, 37, 949, 1949. Rp.  
«The supermen: Hitler and Mussolini» in *Europa: Grandeur and decline*

## MUSSOLINI

[Mussolini] iludia-se e enganava-se a si próprio com os espectáculos que montava. Quando via as massas de soldados a desfilar que lhe mostravam num filme, acreditava mesmo que a Itália tinha um exército de cinco milhões. O número verdadeiro não devia exceder em muito um milhão. Os cinco milhões eram uma frase que usara uma vez, e usou-a tantas vezes que acabou por lhe subir à cabeça. Exactamente da mesma maneira, acreditava que a Itália tinha a marinha de guerra mais poderosa do Mediterrâneo.



[Depois do desembarque aliado na Sicília] houve uma série de conspirações. Alguns generais disseram que se iam livrar de Mussolini; alguns políticos disseram que se iam livrar de Mussolini; o rei disse que se ia livrar de Mussolini; nenhum deles o fez. Curiosamente, foi Mussolini quem acabou por os livrar de si próprio. No Grande Conselho, os fascistas reuniram-se e exprimiram a sua falta de confiança em Mussolini. Mussolini disse, irado: «Provocaram a crise do regime». Mas não deu nenhuma indicação de que respeitaria a sua posição.

No dia seguinte, foi ver o rei e disse: «O Grande Conselho deixou de me dar a sua confiança; demito-me de comandante-chefe – outro continuará a guerra». Pensou que ficaria como Duce, mas o rei tinha preparado um golpe de Estado. Mussolini foi preso pela polícia, quando saía do palácio, posto numa ambulância para ninguém notar, e exilado para uma ilha.

[Mussolini] teve um último momento de grandeza. Em 20 de Julho de 1944, houve um atentado à bomba contra Hitler. Hitler ficou muito abalado. Pode ver-se, num documentário, o braço esquerdo de Hitler completamente paralisado. E, precisamente nesse momento, Mussolini chegou para uma visita. Saiu do comboio, enfiado e inferior e, por fim, olhou para baixo e viu Hitler e viu-se a si em cima. E uma das coisas mais deliciosas de todos os filmes da guerra, ver Mussolini crescer, dar uma palmada nos ombros de Hitler, e dizer: «Podia ser pior; estou aqui consigo».

*The War Lords***HITLER**

Havia coisas novas no nacional-socialismo. O anti-semitismo era novo, pelo menos nunca fora tão extremo. O desenvolvimento contra o desemprego e o capitalismo à antiga era novo. A política externa do nacional-socialismo apenas recolocou o problema alemão. Há uma incompreensão quase universal acerca deste problema, talvez partilhada pelo próprio Hitler. A maior parte das pessoas pensam que os alemães queriam a igualdade internacional — um Estado livre de restrições quanto às suas forças armadas e que incluísse todos os alemães. É verdade. Mas a consequência inevitável da realização desse desejo era a Alemanha tornar-se o Estado dominante na Europa. Muitas pessoas, incluindo muitos alemães, diziam que a Alemanha queria apenas inverter o veredicto da I Guerra Mundial. Também é verdade, mas não compreendiam o que isso implicava. Pensavam tratar-se apenas de desfazer as consequências da derrota, cessar as reparações e recuperar o território europeu e as colónias perdidas com o tratado de Versailles. Era muito mais: não se tratava de arranjar as coisas como se a Alemanha não tivesse sido derrotada, mas de as arranjar como se tivesse ganho.

Hoje sabemos, graças ao professor Fritz Fischer<sup>2</sup>, o que os alemães teriam feito se tivessem ganho a I Guerra Mundial. Era uma Europa impossível de distinguir do império de Hitler na sua maior extensão, incluindo mesmo uma Polónia e uma Ucrânia sem os seus nativos habitantes. Hitler seguia, cautelosamente, os passos de Bethmann. Não havia nada de novo, ou de menos usual, na sua visão e nos seus objectivos. Os seus métodos eram frequentemente novos. Em política externa, como em política interna, Hitler era um jogador; um tático hábil, à espera para explorar as oportunidades que outros lhe ofereciam. Os seus sucessos tornaram-no descuidado, o que não é surpreendente, e subia sempre a parada. O caminho da violência atraía-o cada vez mais, e o caminho das negociações entediava-o cada vez mais. Mas, essencialmente, o que punha em jogo, se posso por uma vez aludir às forças profundas, estava na lógica do problema alemão.

Hitler, tanto quanto se sabe, nunca contemplou [uma paz negociada]. Tinha formado a sua visão: para si, embora a guerra não pudesse ser ganha, não tinha necessariamente de ser perdida. A sua outra grande inspiração foi o ataque japonês contra os americanos em Pearl Harbour, que lhe fez sentir que, no outro extremo do mundo, havia um aliado que o apoiava. Por esta e mais nenhuma outra razão lançou-se, em 1941, na mesma altura dos seus desastres em Moscovo, na guerra japonesa. Declarou guerra à América e, assim, resolveu o maior problema do Presidente Roosevelt - o que fazer para os americanos entrarem na guerra. Hitler, por esta altura, fez uma extraordinária observação:

«Escolhemos o lado errado; devíamos estar aliados com as potências anglo-saxónicas. Mas a Providência impôs-nos este erro histórico». E, em certo sentido, pode argumentar-se que todas as suas campanhas, depois das primeiras derrotas, foram um erro histórico.



Com a sua morte e o seu desaparecimento, Hitler prestou um último serviço ao povo alemão — levou consigo para a obscuridade a responsabilidade pela guerra mundial e a culpa dos crimes e das atrocidades que a acompanharam. Em consequência, o povo alemão ficou inocente.

***The War Lords***



Finalmente, Hitler tomava a iniciativa. Porquê nesse preciso momento? Foi uma suprema habilidade política, uma intuição que lhe dizia que as conversações militares [entre a URSS, a Grã-Bretanha e a França] chegariam a um impasse, dois dias depois do seu início? A coincidência entre a pergunta de Vorochilov e a abertura de Ribbentrop fora secretamente preparada entre Estaline e Hitler? Um agente desconhecido no Kremlin disse a Hitler que chegara o bom momento? Ou a coincidência foi mero acaso? Hitler referira o seu plano para fazer face aos ingleses e aos franceses através de um acordo com a Rússia soviética, pela primeira vez, quando, sem fundamento, se gabou a Ciano de ter recebido um convite de Moscovo, a 12 de Agosto de 1939, e desse modo acalmou os receios italianos. Talvez Hitler só tenha desenhado esta estratégia conscientemente quando se estava a gabar... Afinal, ele era sempre o homem das improvisações ousadas; tomava decisões subitamente e, depois, apresentava-as como resultado da sua política de longo prazo.



A 18 de Agosto [de 1939], Ribbentrop bateu, com uma insistência inédita, à porta dos soviéticos. As relações tinham de ser clarificadas de imediato «para não se ser apanhado de surpresa pelo desencadear de um conflito germano-polaco». Uma vez mais, Molotov hesitou. A visita de Ribbentrop «não podia ser fixada, nem sequer tentativamente». Meia hora depois, Schulenburg voltou a ser chamado ao Kremlin, e disseram-lhe que Ribbentrop podia vir daí a uma semana. Não ha meios para se saber como se chegou a esta súbita decisão. Schulenburg pensava que Estaline interviera pessoalmente; mas era, como outras, uma mera suposição. O convite soviético não marcava uma data para tão cedo como Hitler queria — queria que Ribbentrop fosse recebido imediatamente. Pode ser que fosse apenas a impaciência que sempre se seguia às suas prolongadas hesitações. Talvez possa haver uma explicação mais profunda. Se Hitler

quisesse apenas abrir caminho para atacar a Polónia, a 1 de Setembro, a data de 26 de Agosto era suficientemente cedo. Não era cedo bastante para lhe dar tempo para duas operações: primeiro, fazer ceder as potências ocidentais através do acordo com a Rússia soviética; a seguir, fazer ceder os polacos com a assistência das potências ocidentais. Assim, a urgência de Hitler sugere fortemente que o seu objectivo era outro «Munique», não a guerra.

### *Origins of the Second World War*

## **ESTALINE**

Em 1939, quando a II Guerra Mundial começou, Estaline estava sozinho, confuso, desconfiado, sem ninguém que respeitasse ou cujas opiniões pudesse aceitar, e mal se apercebia do mundo para lá da União Soviética. Mas tinha uma profunda ansiedade: se houvesse uma grande guerra europeia contra a Alemanha, em que a União Soviética estivesse envolvida, era esta última que teria de suportar a maior parte da luta. E assim se provou, pois, desde que os russos entraram na guerra, tiveram pela frente, durante a maior parte do tempo, quatro quintos do exército alemão, e nunca menos de dois terços. Ha quem faça pouco de Estaline, por este ter feito um pacto de não-agressão com Hitler em Agosto de 1939. Mas a sua motivação era manter o seu país fora da guerra o mais tempo possível. Além disso, enganou-se: pensava que a Grã-Bretanha e a França sustentariam uma frente ocidental, durante muito tempo, dando assim tempo aos russos para se prepararem para a guerra.

### *The War Lords*

Estaline tinha algumas das altas qualidades de um homem de Estado. Tinha uma paciência infinita, e era obstinado. Nenhuma dificuldade o abatia ou o fazia baixar a guarda. Era um mestre da defesa, tanto na política, como na guerra. Por outro lado, faltavam-lhe ideias construtivas; o medo era o último argumento que usava e, possivelmente, o único que entendia.

Faltava-lhe a maior qualidade de um homem de Estado: não sabia como cooperar com outros homens de igual estatuto político, e confiar neles. Na sua relação com os outros, a sua única tática era dividi-los; se isso falhasse, não tinha outro recurso a não ser esperar. Sempre que ultrapassou esta relutância natural, e tomava uma iniciativa, fê-lo com rigidez, e com a mesma obstinação dogmática como quando já estava à defesa. Uma vez empenhado numa política, não a largava, apesar de todas as dificuldades e fracassos.

O maior erro que os ocidentais cometem é supor que a política russa é «inteligente». Pelo contrario: não tem flexibilidade, nem imaginação, e é incapaz de uma iniciativa súbita.



Durante as cimeiras aliadas da guerra, Estaline impressionou as maiores figuras do mundo ocidental, e fê-las sentir que estava desejoso de cooperar; quando surgiam dificuldades, partiam sempre dos seus conselheiros. Na realidade, nos círculos anglo-americanos, criou-se um mito que fazia de Estaline um velho senhor, amável e conciliador, que o remoto Politburo controlava à rédea curta; Trotsky caíra no mesmo erro, vinte anos antes.

Estaline parece ter tido o dom político de traduzir as grandes questões em termos pessoais, e de impor a sua vontade jogando com as reacções dos indivíduos. Esta é uma qualificação essencial para o gestor partidário, o primeiro cargo com que Estaline iniciou a sua carreira; não é necessariamente um sinal de sentido do Estado, ou sequer de inteligência política.



Embora Estaline olhasse com desconfiança todos os governos estrangeiros, acreditou que seria mais fácil tratar com um país totalitário do que com um país democrático. Se jamais houve um período em que Estaline foi sincero nas suas tentativas de colaboração, foi entre Agosto de 1939 e Junho de 1941, quando trabalhava, numa amável neutralidade, com a Alemanha nazi. Pode-se mesmo dizer que Estaline, na medida em que se deu com Churchill e com o Presidente Roosevelt, o fez porque via neles «ditadores de guerra», e não dirigentes livremente eleitos, de comunidades democráticas.

A Grande Aliança da II Guerra Mundial não foi o resultado da política de Estaline; foi Hitler quem lha impôs e, sem o ataque alemão, nunca lhe teria pertencido. Durante a guerra, Estaline mostrou grandes qualidades como chefe militar. Era capaz de resistir a golpes tremendos, de esperar pacientemente pela sua oportunidade para depois explorar até ao fim a vitória.

«Stalin as Statesman. A Look of the record», *New York Times*, 18 de Novembro de 1951. Rp. «Is Stalin a statesman?» in *Europe: Grandeur and decline*

## DE GAULLE

A carreira do general De Gaulle não tem paralelo nos tempos modernos. Quando abandonou a França, em 1940, não tinha experiência política, e pouco mais do que umas semanas de experiência militar num comando menor. Quatro anos depois, este general que nunca travara uma batalha, este político que nunca se apresentara a uma eleição, regressou como senhor indiscutido da França, a par de Clémenceau, quase do próprio Napoleão. Em vez de começar como um herói e acabar como uma lenda, o general De Gaulle começou como uma lenda, e foi-se

fazendo herói. As suas qualidades nem foram postas à prova no campo de batalha, nem desafiadas num combate. A posteridade há-de ponderar se existia alguma realidade por detrás da lenda, ou se o general De Gaulle era simplesmente uma criatura etérea.



Churchill era, entre os homens de Estado aliados, o mais simpaticante; porém, para moderar as dúvidas americanas [acerca de De Gaulle], era forçado a pôr as suas próprias dúvidas. Em Setembro de 1942, disse a De Gaulle: «Afinal de contas, será você a França? Pode haver outros em França que podem ser chamados no decurso dos acontecimentos a desempenhar um papel mais importante do que o que têm agora». De Gaulle replicou: «Se eu não represento a França, para quê discutir comigo?» Esta troca de palavras resumia a questão essencial. De Gaulle não era um dirigente partidário; não era um general comandante de grandes exércitos; à parte um punhado de colónias sem recursos industriais, não tinha qualquer base material. Ou representava a França, ou não era nada.

De Gaulle era o servidor de uma ideia, não era um homem de Estado, muito menos um político.

Atraía outros do mesmo tipo — romancistas, antropólogos e, sobretudo, os estrangeiros que amam a França de longe. A França que De Gaulle adorava dizia pouco aos franceses que lá viviam. Todavia, um indivíduo que desafia o mundo, e que ganha o seu desafio, mesmo por um instante, há-de sempre merecer admiração, até sermos submersos pelo domínio das massas.

«Triumph of a Legend», *Times Literary Supplement*, 2544, 1950. Rp. «De Gaulle: triumph of a legend» in *Europa: Grandeur and decline*

## CHURCHILL

Era, sem dúvida, um senhor da guerra. Não era, claro, um ditador: tinha chegado à sua posição constitucionalmente, depois da Câmara dos Comuns ter perdido a confiança em Chamberlain. [...] Todos sabiam que aquele era o governo de Churchill, que era ele que contava. Todavia, é surpreendente ver que [Churchill] raramente impôs efectivamente a sua vontade aos generais e aos chefes de Estado-Maior. Disse uma vez (é uma observação típica e deliciosa): «Só queria que aceitassem a minha vontade depois de uma discussão razoável». Não se tratava tanto de ditar, ou de mandar: esgotava os outros. Ele próprio era incansável.



Churchill combinava uma extrema impaciência com uma disponibilidade para experimentar ideias novas e para ser contido. Roosevelt, que era

frequentemente céptico acerca dele, dizia: «Sabem, Winston tem cem ideias por dia, e uma quase de certeza é boa». Mas Churchill não se importava; no dia seguinte, produzia outras noventa e nove. Por vezes estava em baixo, menos por causa das derrotas, do que por os seus cálculos e as suas esperanças falharem.

Tinha períodos muito sombrios mas, sobretudo, voltava a erguer-se, com ideias novas, novos entusiasmos e, todos os seus associados o dizem, arrastava-os consigo — persuadia-os a partilhar o seu entusiasmo.



Teoricamente, os britânicos e os americanos confrontavam-se com uma questão vital: deviam permitir que a União Soviética se tornasse a única grande potência no continente europeu? Na prática, a questão nunca foi posta, muito menos por Churchill. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam em guerra com a Alemanha e apoiavam qualquer potência que os ajudasse. Como disse Churchill, «se Hitler invadissem o Inferno, eu faria, no mínimo, uma referência amigável ao Diabo na Câmara dos Comuns».



Junho de 1940 foi o momento de decisão para Churchill e para o império britânico. Quando a França foi derrotada e saiu da guerra, podia argumentar-se, e houve quem o fizesse, que a Grã-Bretanha devia aceitar a paz de compromisso que Hitler oferecia, e ficar a ver de longe a Alemanha e a Rússia despedaçarem-se uma à outra. Sabemos hoje que essa política foi defendida no Conselho de Guerra por Lord Halifax e, mais cautelosamente, por Neville Chamberlain. Churchill rejeitou-a, e disse aos seus colegas: «está claro que aconteça o que acontecer em Dunquerque, nós continuaremos a lutar». O seu primeiro discurso nos Comuns como primeiro-ministro definiu tudo o que se iria seguir: «Perguntam-me qual é o nosso objectivo? Posso responder-lhes com uma palavra: a vitória – a vitória, custe o que custar, a vitória, apesar de todos os terrores, a vitória, por mais duro e longo que possa ser esse caminho».

Era uma promessa ousada, quando a Grã-Bretanha estava sozinha frente ao continente europeu dominado por Hitler. Mas era o que o povo britânico queria ouvir. Não se sentiam como um povo derrotado, sobretudo depois de a força aérea alemã ter sido vencida na Batalha de Inglaterra. Churchill era a sua garantia de que a vitória total acabaria por ser alcançada de uma forma ou de outra, e daí vinha o ascendente de Churchill sobre o povo britânico. Os dois tinham feito um pacto com a morte: ou ganhavam a guerra ou pereciam na tentativa.

**«Daddy, what was Winston Churchill?», *New York Times*, 28 de Abril de 1974. Rp. *Essays in English History***



Os piores receios depressa se dissiparam. A 4 de Dezembro [de 1941] o ataque alemão a Moscovo foi contido. Durante um curto intervalo, os russos voltaram à ofensiva. A 7 de Dezembro os japoneses atacaram e afundaram a maior parte dos navios da marinha de guerra americana em Pearl Harbour. Hitler declarou guerra aos Estados Unidos, apoiando os seus aliados japoneses, e a Itália acompanhou-o. Seguiram-se acontecimentos terríveis. Os japoneses deram golpes tremendos contra os britânicos, e destruíram o poder britânico no Extremo Oriente.

Mas as perdas valeram a pena. Nenhum serviço prestado à causa britânica foi mais importante do que Pearl Harbour. As dúvidas do Presidente Roosevelt e do povo americano ficaram resolvidas: quer quisessem, quer não, estavam em guerra. A guerra privada entre a Grã-Bretanha e a Alemanha terminaria para dar lugar a uma verdadeira Guerra Mundial, cujo resultado parecia assegurado. Churchill fez o único comentário apropriado: «Afinal de contas ganhámos!»



O pensamento chave dos estrategas amadores [do governo britânico], em particular de Lloyd George, resumia-se ao poder naval. O seu argumento era que esse poder colossal devia ser empregue para contornar o flanco alemão, sem sacrificar milhões de homens. Queriam uma escapatória, no duplo sentido — uma manobra inteligente que os fizesse sair do impasse da frente ocidental. Procuraram um campo de acção onde os alemães não lhes pudessem chegar, e esqueceram-se que, assim, também não poderiam chegar aos alemães. Se este campo de acção fosse fora da Europa, tanto melhor: trazia ganhos territoriais para o império britânico.

[Em Novembro de 1914, vários projectos foram apresentados]. Churchill, tal como o almirante Fischer, queria uma grande operação anfíbia, embora Fischer apontasse para o Schleswig e Churchill para os Dardanelos. [...] Ganhou o mais persistente. [...] Em 15 de Janeiro de 1915, o Conselho de Guerra decidiu, por unanimidade, que o almirantado «deveria preparar uma expedição naval para bombardear e conquistar a península de Gallipoli, tendo como objectivo Constantinopla».



Winston Spencer Churchill (1874-1965), neto do duque de Malborough e de um milionário americano, Jerome; educ. Harrow e Sandhurst; primeiro lorde do Almirantado, 1911-1915; chanceler do ducado de Lancaster, 1915; comanda batalhão em França 1915-1916; ministro das

munições, 1917-1919; secretário de Estado da guerra (e do ar), 1918-1921; das colónias, 1921-1922; apoia Lloyd George na ruptura da coligação, derrotado em Dundee, 1922; deputado conservador de Woodford, 1924--1964; chanceler do tesouro, 1924-1929; abandona governo-sombra conservador e opõe-se às concessões na Índia, 1931; apoia Eduardo VII no momento da abdicação, 1936; primeiro lorde do Almirantado e membro do gabinete de guerra, 1939-1940; primeiro-ministro do governo nacional e ministro da defesa, 1940-1945; *leader* do partido conservador, 1940-1954; primeiro-ministro conservador, 1945, 1951--1955; KG, 1953; salvador do seu país.

***English History***

## **FRANKLIN D. ROOSEVELT**

Averell Harriman dizia dele: «Enganam-se os que, quando o Presidente diz que sim, pensam que é por concordar. O que quer dizer é "Muito bem, ouvi o que tinha para me dizer, mas não vou decidir neste momento" Repetidamente, aos americanos e aos homens de Estado estrangeiros, Roosevelt disse que «sim». Por exemplo, quando Molotov veio da União Soviética para pedir uma segunda frente, Roosevelt disse «Sim, tem de haver uma segunda frente este ano», mas só queria dizer que era assim que pensava naquele instante; e, além disso, também achava que era útil dizer isso a Molotov:

Através das suas hesitações, deixava evoluir as situações. A base da sua política era o eterno ponto de interrogação – o que fará o presidente?



Desde Pearl Harbour, a partir de Dezembro de 1941, Roosevelt foi o comandante-chefe das forças armadas americanas não só em teoria, como na prática. Exerceu esse comando de uma maneira muito diferente de Estaline ou de Churchill. Por certo, não controlava todos os distantes exércitos. Nem sequer se reunia frequentemente com os chefes de Estado-Maior; aliás, Roosevelt nunca gostou de reuniões formais. Gostava de ficar a conversar, à noite, até tarde, com um ou dois amigos com quem podia contar, testando ideias, antes de chegar a uma decisão. Este modo de decisão presidencial perturbou muitas vezes Churchill, e mesmo a regularidade das negociações entre os chefes de Estado-Maior britânicos e americanos. De súbito, sem aviso prévio, sem se explicar, o presidente anunciava uma decisão. Um historiador militar americano calculou terem sido vinte e dois os diferentes casos, todos de grande importância, em que Roosevelt, sem explicações, passou por cima da opinião dos seus conselheiros profissionais.



Quando as fronteiras da Polónia foram discutidas [nas cimeiras tripartidas], Roosevelt estava preparado para ceder uma boa parte do território polaco à União Soviética. Mas também se lembrava de uma cidade, chamada Lvov, cujo nome tinha lido uma vez nos livros de geografia, e passava o tempo a dizer a Estaline: «Então, acha que Lvov pode ficar na Polónia?» Estaline deve ter ficado absolutamente perplexo. O que pode ter entendido melhor foi a explicação de Roosevelt acerca do que para ele era crucial no problema polaco: «Sabe, há muitos eleitores polacos nos Estados Unidos e, daqui a pouco, vai haver uma eleição para me escolherem outra vez como presidente e, por isso, tenho de tratar bem os polacos».



O grande golpe político de Roosevelt, na sua opinião, foi estabelecer boas relações com Estaline. Quando Churchill se encontrava com Estaline por vezes brigavam, outras concordavam, mas discutiam problemas sérios em detalhe. Quando Roosevelt se encontrava com Estaline estava seguro de que a sua capacidade de relacionamento lhe faria ganhar a confiança de Estaline. O seu grande golpe foi não dizer a Estaline: «Muito bem, reconheço as fronteiras de 1941» (o que se recusou a fazer), e dizer-lhe: «Sabe, Churchill e eu chamamos-lhe Uncle Joe em privado». Estaline não só, não achou graça, como ficou extremamente ofendido, e perguntou: «É essa a ideia ocidental do que é uma piada?» Eu penso que era uma piada, mas não penso que Estaline alguma vez tenha aprendido a achar-lhe graça.



Por outro lado, Roosevelt não via os russos totalmente à parte, separados por uma barreira de princípios. Pelo contrario, era o único homem de Estado, na Grã-Bretanha, na América, ou em qualquer país da Europa ocidental que não só tentou criar relações verdadeiramente íntimas com a União Soviética, como acreditava que era capaz de o fazer – e conseguiu-o em boa medida. As relações entre o oeste e o leste eram melhores no tempo de Roosevelt, não porque ele, como se diz, tenha feito concessões pouco razoáveis, mas por ter sido o único homem de Estado ocidental neste período que realmente tratou a União Soviética como um igual.



Este homem estranho, o mais enigmático dos senhores da guerra, embora talvez não o maior, foi o mais bem sucedido de todos; foi Roosevelt quem fez dos Estados Unidos o mais poderoso país do mundo.

Mas agora, quando se olha outra vez para ele, percebe-se uma espécie de vazio.



A primeira decisão de [Roosevelt] no início da guerra, que definiu o seu sentido durante os dois anos seguintes, foi uma decisão tomada de acordo com os seus conselheiros profissionais: primeiro, levar a guerra à Europa. E extraordinário, tendo em conta o que se passara em Pearl Harbour, que o povo americano não tivesse insistido em tratar primeiro dos japoneses. Mas Roosevelt argumentava, muito simplesmente: «A Alemanha é o maior dos inimigos; quando derrotarmos a Alemanha, podemos tratar do Japão».

Depois da guerra; com a divisão entre as grandes potências, todos acusaram o outro lado de ter manobrado\_ no decurso da guerra para obter vantagens futuras. Estas acusações não têm fundamento. Mas não restam dúvidas sobre que potências mais beneficiaram com o modo como se desenrolou a guerra, por mais que não tenham procurado ganhar com isso. A Rússia soviética foi quem mais lutou contra a Alemanha, suportou nove décimos das baixas, e teve perdas económicas catastróficas. Os britânicos sofreram consideráveis custos económicos, com comparativamente poucas baixas. Os americanos tiveram grandes ganhos económicos e um número irrelevante de baixas na luta contra a Alemanha as suas perdas principais foram na guerra contra o Japão. Em suma, embora sem malícia, os britânicos e os americanos descansaram, enquanto os russos derrotavam a Alemanha por sua conta. Dos três grandes homens, Roosevelt era o único que sabia o que estava a fazer: tornou os Estados Unidos na maior potência mundial virtualmente sem custos.

***The War Lorde***

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I. Livros

*The Italian problem in European diplomacy 1847-1849.* Manchester, Manchester University Press, 1934, 252 pp.

A tese de Taylor, sobre a diplomacia da Áustria, da França e da Grã-Bretanha acerca da questão italiana, é o único dos seus trabalhos baseado numa investigação de arquivos em Viena, Paris e Londres.

*Germany's first bid for colonies 1884-1885. A move Bismarck's European policy.* Londres, Macmillan, 1938, 103 pp.

Estudo monográfico sobre as tentativas de Bismarck para aproximar a Alemanha e a França. a partir de uma hostilidade comum contra a Grã-Bretanha, baseado em documentos publicados alemães, franceses e britânicos, bem como nos Granville Papers.

*The Habsburg monarchy 1815-1918.* A history of the Austrian empire and Austria-Hungary. Londres, Macmillan, 1941 e 1948 (edição revista), 289 pp.

História do declínio final da monarquia austríaca, incluindo os conflitos entre as nacionalidades «históricas» e as nacionalidades «submersas» na Europa central e oriental.

*The course of German history.* A survey of the development of Germany since 1815, Londres, Hamish Hamilton, 1945, 229 pp.

Estudo sobre a continuidade fundamental da história da Alemanha desde 1792 até 1941, desenvolvido a partir de uma monografia inicial sobre a República de Weimar.

*The struggle for mastery in Europe 1848-1918.* Oxford, Clarendon Press para *The Oxford History of Modern Europe*, editada por Alan Bullock e F. W. D. Deakin, 1954, 638 pp. História da diplomacia europeia desde as revoluções de 1848 ao princípio da Grande Guerra, centrada sobre os movimentos da «quadrilha perpétua».

Bismarck. The man and the statesman. Londres, Hamish Hamilton, 1955, 286 pp.

*The trouble makers.* Dissent over foreign policy 1792-1939. Londres, Hamish Hamilton, 1957, 207 pp.

As Ford Lectures de 1956, sobre grandes figuras radicais que se opuseram à política externa britânica, desde a Revolução Francesa ao princípio da II Guerra Mundial - incluindo os heróis de Taylor, Charles James Fox ou Richard Cobden.

*The origins of the Second World War.* Londres, Hamish Hamilton, 1961 e 1963 (2.ª edição, com novo prefácio), 296 pp.

História diplomática das origens da II Guerra Mundial, a partir de uma interpretação moderadamente revisionista da evolução das relações entre a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, desde o tratado de Versailles até Setembro de 1939. O livro mais polémico de Taylor, e o único que decidiu escrever de moto próprio. Os principais textos da polémica estão coligidos em dois volumes: E. M. Robertson, *The origins of the Second World War*. Londres, Macmillan, 1971. W. Roger Louis, editor, *The origins of the Second World War*. Nova Iorque, Wiley, 1972. *The First World War.* An illustrated history, Londres, Hamish Hamilton, 1963, 224 pp. *English History 1914-1945.* Oxford, Clarendon Press para *The Oxford History of England*, vol. 15, editada por Sir George Clark, 1965, 709 pp.

*From Sarajevo to Potsdam.* Londres, Thames and Hudson, 1966, 216 pp.

*War by time-table.* How the First World War began. Londres, MacDonald, 1969, 128 pp. Beaverbrook. Londres, Hamish Hamilton, 1972, 712 pp.

*The Second World War.* An illustrated history. Londres, Hamish Hamilton, 1975, 169 pp.

*The war lords.* Londres, Hamish Hamilton, 1978, 189 pp.

Seis conferências na televisão da BBC (1976), com os retratos dos senhores da II Grande Guerra - Roosevelt, Churchill, Hitler, Estaline, Mussolini e os «War Lords anonymous» japoneses.

*How wars begin.* Londres. Hamish Hamilton, 1979, 192 pp.

Seis intervenções na televisão da BBC (1977), sobre as guerras modernas, desde a Revolução Francesa à «Guerra Fria».

## II. Recolhas de ensaios

*From Napoleon to Stalin.* Comments on *European history*. Londres, Hamish Hamilton, 1950, 224 pp.

Colecção de ensaios e de resenhas, publicados entre 1944 e 1949, com um texto inédito. A primeira parte concentra-se no século XIX, de Napoleão a Lord Salisbury, a segunda sobre temas contemporâneos, de Munique ao conflito entre Tito e Estaline.

*Rumours of wars*. Londres, Hamish Hamilton, 1952, 262 pp.

Colecção de ensaios históricos, resenhas e artigos, escritos entre 1950 e 1952, incluindo *dois* inéditos.

*Englishmen and others*. Londres, Hamish Hamilton, 1956, 192 pp.

Colecção de ensaios e de resenhas, publicados entre 1951 e 1955, incluindo numerosos retratos de políticos - Metternich, Cavour, Garibaldi, Palmerston, Holstein, Trotsky - e historiadores, como Ranke e Macaulay.

*Politics in wartime and other essays*. Londres, Hamish Hamilton, 1964, 207 pp.

Colecção de ensaios, incluindo a Raleigh Lecture de 1959 e a Leslie Stephen Lecture de 1961, e resenhas publicados entre 1956 e 1962.

*From Napoleon to Hitler. Historical essays*. Nova Iorque, Harper and Row, 1966, 174 pp.

Colecção de ensaios editada por Fritz Stern, que reproduz textos publicados nas edições britânicas de 1950, 1952 e 1959.

*Europe: Grandeur and decline*. Penguin, Harmondsworth, 1967, 378 pp.

Colecção de ensaios publicados nas três primeiras edições britânicas, com um prefácio.

*Essays in English history*. Londres, Hamish Hamilton, 1976, 335 pp.

Textos seleccionados das colecções anteriores (1950, 1952, 1965 e 1964) e ensaios escritos entre 1957 e 1973, publicados pela primeira vez neste formato.

### **III. Livros editados e apresentados por A. J. P. Taylor**

Heinrich Friedjung. *The struggle for supremacy in Germany 1859-1866*. Londres, Macmillan, 1935. Traduzido e com uma introdução de A. J. P. Taylor.

François Fejto, editor. *The opening of an era: 1848*. Londres, Allen Wingate, 1948, com uma introdução de A. J. P. Taylor.

A. J. P. Taylor, Alan Bullock, editores. *A select list of books on European history*. Oxford, Clarendon Press, 1948, 72 pp.

Reginald Reynolds, editor. *British pamphleteers, vol. I1*. Londres, Aliem Wingate, 1951, com uma introdução de A. J. P. Taylor.

Richard Pares, A. J. P. Taylor, editores. *Essays presented to Sir Lewis Namier*. Londres, Macmillan, 1956, 542 pp.

Fritz Tobias. *The Reichstag fire. Legend and truth*. Londres; Secker and Warburg, 1963, com uma introdução de A. J. P. Taylor.

Karl Marx, Friedrich Engels. *The Communist Manifesto*. Harmondsworth, Penguin Books, 1967; com uma introdução de A. J. P. Taylor.

J. M. Roberts, A. J. P. Taylor, editores. *History of the Twentieth century*. Londres, Purnell, 1968-1970, 2688 pp.

Christopher Falkus, Christopher Humble, Sir Mortimer Wheeler, Hugh Trevor-Roper, A. J. P. Taylor, editores. Winston Churchill, *The History of the English-speaking peoples*. Londres, Purnell, 1969-1971, 3589 pp.

A. J. P. Taylor, editor. *Lloyd George, Twelve essays*. Londres, Hamish Hamilton, 1971, 393 pp.

A. J. P. Taylor. *Lloyd George. A Diary by Frances Stevenson*. Londres, Hutchinson, 1971, 338 pp.

- G. M. D. Howat, A. J. P. Taylor, editores. *The dictionary of world history*. Londres, Nelson, 1973, 1720 pp.
- A. J. P. Taylor, editor. W. P. Crozier, *Off the record. Political interviews 1933-1943*. Londres, Hutchinson, 1973, 397 pp.
- A. J. P. Taylor, editor. *British Prime Ministers*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1974--1976.
- A. J. P. Taylor, editor. *History of World War 1*. Londres, Octopus Nooks, 1974, 286 pp.
- A. J. P. Taylor, editor. *History of World War 11*. Londres, Octopus Books, 1974, 286 pp.

#### IV. Ensaïos

- «European mediation and the agreement of Villafranca 1859», *English Historical Review*, 51, 201, 1936, pp. 52-78.
- «Prelude to Fashoda. The question of the Upper Nile 1894-1895», *English Historical Review*, 65, 254, 1950, pp. 52-80.
- «Les premières années de l'alliance russe (1892-1895)», *Revue Historique*, 74, 204, 1950, pp. 62-76.
- «History in England», *Times Literary Supplement*, 2534, 25 de Agosto de 1950.
- «British policy in Morocco 1886-1902», *English Historical Review*, 66, 260, 1951, pp. 342--374.
- «La Conférence d'Algéciras», *Revue Historique*, 76, 208, 1952, pp. 236-254.
- «The Namier view of history», *Times Literary Supplement*, 2691, 28 de Agosto de 1953.
- «The rise and fall of "pure" diplomatic history», *Times Literary Supplement*, 2810, 6 de Janeiro de 1956.
- «The war aims of the allies in the First World War» in B. Pares, A. J. P. Taylor, editores. *Essays presented to Sir Lewis Namier*, Londres, Macmillan, 1956, pp. 475-505.
- «Politics of the First World War», *The Proceedings of the British Academy*, 1959, pp. 67-95.
- «The Statesman» in A. J. P. Taylor, Robert Rhodes James, J. H. Plumb, Basil Lidell Hart, Anthony Storr. *Churchill revised. A critical assessment*. Nova Iorque, Dial Press, 1969, pp. 9-51.
- «International relations» in F. H. Hinsley, editor. *The New Cambridge Modern History*, vol. VI, *Material progress and world wide problems 1870-1898*, pp. 542-566. Cambridge, Cambridge University Press, 1962.
- «Birthpangs of Commonwealth» in John Mann, editor. *The History of the British Empire*, pp. 1877-1904. Londres, Time-Life International, 1973.
- «Conquerors and profiteers» in John Mann, editor. *The History of the British Empire*, pp. 2689--2718. Londres, Time-Life International, 1973.
- «Gran Bretagna e Irlanda dei Nord: storia» in Aldo Garzanti, editor. *Enciclopedia Europea*, vol. 5, pp. 678-691, Milão, Garzanti, 1977.
- «1932-1945» in David Butler, editor. *Coalitions in British politics*, pp. 74-94. Londres, Macmillan, 1978.

#### V. Cartas e textos autobiográficos

- «Accident prone, or what happened next», *Journal of Modern History*, 49, 1, 1977, pp. 1-18. *Autobiography*. Londres, Hamish Hamilton, 1983.

### **VI. Bibliografia**

Chris Wrigley. *A complete annotated bibliography and guide to his historical and other writings*, Sussex, The Harvester Press, 1980.

### **VII. Biografias**

Adam Sisman. *A. J. P. Taylor: a biography*. Londres: Sinclair Stevensen, 1993.  
Robert Cole. *A. J. P. Taylor. The traitor within the gates*. Londres: Maxmillan, 1993.

### **Nota**

Ao contrário da listagem dos livros, das recolhas de ensaios e das obras editadas por A. J. P. Taylor, as referências sobre os ensaios são meramente indicativas, e concentram-se sobretudo nos principais estudos sobre o corpo essencial das suas investigações, a história diplomática europeia desde a Revolução Francesa.

### **NOTAS**

<sup>1</sup> Há casos piores. De Sir Lewis Namier o próprio Taylor disse que ele tirara «the mind out of history». O «pensamento» não sei; a fantasia com certeza.

<sup>2</sup> Fritz Fischer, *Griff nach der Weltmach*, Düsseldorf, 1961. A. J. P. Taylor, «War origins again», *Past and present*, Abril de 1965. Rp. em Robertson, ed., *The origins of the Second World War*, Londres, Macmillan, 1971, pp. 139-140.